

## Brasil + Competitivo: Guilherme Campos afirma que projeto aumentará o PIB brasileiro

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou, na quarta-feira (11), por unanimidade, o parecer do deputado **Guilherme Campos (SP)**, ex-líder do PSD, favorável ao Projeto de Lei 6.558/13, que cria o Programa de Aumento de Competitividade Empresarial e Melhoria no Acesso a Capital de Crescimento, o chamado Brasil + Competitivo.

De acordo com o deputado, a proposta pretende destravar e estimular a abertura de capital, por meio de incentivos ao empreendedorismo e do aumento da competitividade empresarial. “Esse projeto preenche lacunas na legislação que dificultam o acesso dos micro, pequenos e médios empresários ao mundo das sociedades anôni-



Deputado Guilherme Campos (SP)

mas e das possibilidades de acesso a novos tipos de financiamentos que colocam o Brasil em direção ao futuro e ao desenvolvimento”.

Em seu relatório, Campos afirmou que, caso aprovado, em cinco

anos o programa disponibilizará mais de R\$ 84 bilhões em investimentos privados para o setor produtivo. Também serão criados mais de 1,1 milhão de empregos formais, haverá grande inserção das médias empresas no mercado internacional e, conseqüentemente, um aumento da pauta de exportação.

“A iniciativa é positiva na medida em que cria espaço, por meio da redução de custos, para uma alternativa de capitalização que, atualmente, inexistente devido às dificuldades que as empresas têm para acessar o mercado de capitais”, afirmou o parlamentar.

A matéria tramita em regime conclusivo e segue para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

## Comissão mista aprova relatório setorial de Junji Abe para o orçamento de 2014



Deputado Junji Abe (SP)

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou, na quinta-feira (12), o relatório setorial apresentado pelo deputado **Junji Abe (SP)** para a área temática de Trabalho, Previdência e Assistência Social da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014. Outros nove relatórios também foram aprovados. No total, foram destinados R\$ 5,8 bilhões para as emendas das bancadas estaduais e R\$ 8,7 bilhões para as emendas individuais de deputados e senadores.

“As dotações previstas para os órgãos em análise representam

32% do total de dotações dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do PLOA 2014 [Projeto de Lei Orçamentária], excluído o refinanciamento da dívida”, afirmou Junji. Segundo ele, a expressividade das verbas deve-se, principalmente, as despesas primárias de caráter obrigatório, que atingem cerca de R\$ 506,3 bilhões – o equivalente a 94,1% –, cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos.

Os documentos aprovados passam a constituir o PLOA. A matéria segue para discussão e votação em plenário prevista para hoje (17).\*

# Roberto Santiago cobra igualdade no tratamento entre homens e mulheres

A Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público (CTASP) promoveu, na quinta-feira (12), audiência pública para discutir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na área trabalhista. O presidente do Colegiado, deputado **Roberto Santiago (SP)**, cobrou a votação de medidas que poderiam resolver a questão, como a ratificação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres.

“A legislação tem que ser mais dura nas punições para os agressores e mais justa no sentido de criar possibilidades de igualdade efetiva no mercado de trabalho. Todo mundo reconhece as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, mas não há providências efetivas”, res-

saltou Santiago.


Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, apontam que a cada cem mulheres, dez estão desempregadas. A estatística indica ainda que o percentual feminino com nível superior é de 19,2%, enquanto o masculino não ultrapassa 11,5%.

“Os números comprovam que as mulheres possuem absoluta competência para exercer qualquer função. Dito isso, não existe motivo para diferenças de tratamento e de salários”, acrescentou o parlamentar.

Cássia Bufelli, secretária da Mulher da União Geral dos Trabalhadores (UGT), informou que as mulheres equivalem a mais de 50% da população economicamente ativa e



Deputado Roberto Santiago (SP)

mesmo assim a classe feminina não é reconhecida. “Por mais que as mulheres estudem e façam cursos, elas não conseguem ter ascensão em suas carreiras. A diferença entre os salários, exercendo a mesma função, é enorme”, afirmou. 

## Júlio César quer extensão de incentivos da Sudene a municípios mineiros



Deputado Júlio César (PI)

O deputado **Júlio César (PI)** defendeu a extensão automática do alcance dos incentivos legais e benefícios orçamentários da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a municípios de Minas Gerais com semelhanças socioeconômicas e ambientais aos da região Nor-

deste. Seu relatório favorável ao Projeto de Lei 64/11 foi aprovado, na quarta-feira (11), pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Segundo o parlamentar, o projeto torna mais coerente a utilização dos incentivos e benefícios. “Isso ocorre porque esses benefícios passam a abranger uma área que, pelas suas condições, é parte integrante de uma mesma região, assim caracterizada tanto do ponto de vista físico como econômico”, disse Júlio César.

Ainda segundo ele, “todas as políticas públicas de caráter nacional, voltadas para a solução dos problemas específicos da região, devem ser articuladas e complementares”.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

## Roberto Dornier assume como titular e reforça bancada

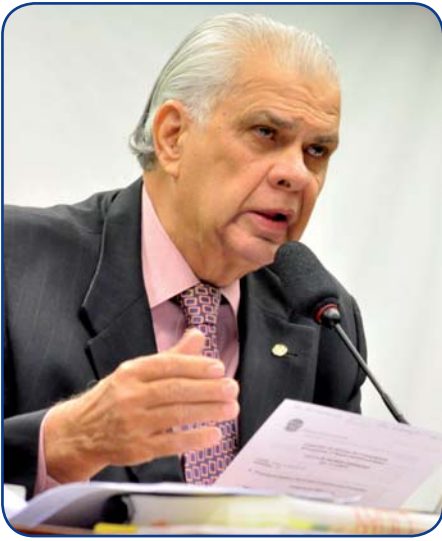
O deputado **Roberto Dornier (MT)** reforça a bancada do partido ao assumir, nesta semana, cadeira como titular. Dornier é agropecuarista e empresário da comunicação. No tempo que permanecerá em Brasília deve se dedicar a matérias relacionadas à agricultura e pecuária, principalmente, nas questões relacionadas à demarcação de terras.

Com base política em Sinop, o parlamentar será o segundo representante mato-grossense do partido. Nas eleições de 2010, Dornier recebeu 50.480 votos. Está em seu primeiro mandato e atuou como suplente entre fevereiro e novembro de 2011.

O parlamentar é suplente do ex-deputado Pedro Henry (PP-MT) que renunciou ao cargo, na última sexta-feira (13), após ser preso por envolvimento no mensalão.



# José Carlos Araújo defende liberdade em relações contratuais de locação em shoppings



Deputado José Carlos Araújo (BA)

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na quarta-feira (11), o parecer do presidente

do Colegiado, deputado **José Carlos Araújo (BA)**, ao Projeto de Lei 7.137/02, que estabelece normas para relação contratual de locação em shoppings centers. Para o parlamentar, lojistas e empresários devem ter liberdade para definir qual a melhor forma para oficializar o negócio.

“Os lojistas dos shoppings não são considerados hipossuficientes, e por este motivo, não se enquadram na condição de consumidores vulneráveis. Após ouvir ambas as partes, sugeri que o locador deverá prever no orçamento todas as despesas extras, não podendo assim, cobrar taxas para pintura ou reformas”, considerou o deputado.

A proposta permite que o locador

peça a fixação de aluguel provisório para vigorar a partir do primeiro mês do prazo do contrato a ser renovado. “Esse valor não poderá ser inferior a 120% do pedido, desde que apresentados elementos hábeis para a sua justa aferição. Caso o locatário discorde do valor e recorra à justiça, o juiz deverá levar também em conta os elementos hábeis que o réu oferecer na contestação”, explicou.

De acordo com o texto, o dono do imóvel ou espaço comercial, não poderá se recusar a renovar o contrato. Já o locatário terá direito à indenização para ressarcimento dos prejuízos e dos lucros cessantes, caso tenha que arcar com a mudança.

## Jaime Martins: investir em obras de infraestrutura de estradas é preservar vidas

“Nem sempre reter uma obra de infraestrutura nas estradas com licença ambiental ou em órgãos de controle é melhor para o país”. A afirmação foi feita pelo deputado **Jaime Martins (MG)**, durante audiência pública realizada pela Comissão de Viação e Transportes (CVT), na quarta-feira (11), com a participação do ministro dos Transportes, César Borges.

Martins lamentou as centenas de acidentes que ocorrem todos os anos nas estradas. “A falta de infraestrutura de transporte no país provoca 50 mil mortes no trânsito a cada ano. Precisamos focar nesse ponto, pois a sociedade já demonstrou, em manifesto, que não suporta mais a indiferença na questão da mobilidade urbana”, disse.

O parlamentar acredita que o principal fator de retardamento das obras de infraestrutura das rodovias e ferrovias é a burocracia.

“Para fazer uma obra se gasta uma década quando na verdade o projeto de engenharia e construção leva apenas um ano. Devido à burocracia dos órgãos controladores e de licenciamento ambiental os projetos envelhecem”, explicou.

Martins reforçou que o transporte de cargas, por meio ferroviário, seria a melhor solução para aliviar os engarrafamentos nas estradas. “Sei que jamais alcançaremos o padrão de velocidade da China na construção de trens-bala, mas também não podemos ter o padrão de morosidade brasileira. Não podemos continuar transportando nossas cargas pelas rodovias, porque além de perdermos competitividade, é flagrantemente mais caro e perdemos vidas”, concluiu.

O ministro César Borges apresentou os planos e metas da Pasta para o próximo ano e informou



Deputado Jaime Martins (MG)

que o trem de alta velocidade que vai interligar Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas continua nos planos. “Como este ano só tivemos um interessado em participar da concessão, o governo adiou o processo de licitação para escolher a tecnologia a ser utilizada na operação”, declarou.

# Napoleão: proposta estabelece política de prevenção à violência contra educadores



Deputado Hugo Napoleão (PI)

O substitutivo do deputado **Hugo Napoleão (PI)**, ao Projeto de Lei 604/11, que dispõe sobre a política de prevenção à violência contra os

profissionais do magistério público e privado, foi aprovado na quarta-feira (11), pela Comissão de Educação.

“O objetivo é estimular a reflexão sobre a violência física e/ou moral cometida contra educadores, no exercício de suas atividades acadêmicas e educacionais e implementar medidas preventivas, cautelares e punitivas”, justificou o parlamentar.

De acordo com o texto, as atividades voltadas à reflexão e ao combate à violência serão organizadas, conjuntamente, pelos órgãos da educação, segurança pública; por entidades dos profissionais da educação e estudantes; e conselhos deliberativos da comunidade escolar. Devem ser

direcionadas aos educadores, aos alunos, às famílias e à comunidade em geral. As medidas preventivas, cautelares e punitivas serão aplicadas pelo poder público em suas diferentes esferas de atuação.

Ao PL 604/11 tramita apensado o PL 3.189/12 de autoria do deputado **Junji Abe (SP)**. A proposta de Junji modifica artigos do Código Penal, propondo aumento de pena e qualificando o crime cometido contra professores em ambiente escolar.

Segundo pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), 95% dos casos de violência registrados nas escolas são cometidos por alunos.

## Medida altera Código de Defesa do Consumidor para regulamentar garantias de bens duráveis

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou, na quarta-feira (11), o relatório do deputado **Guilherme Campos (SP)**, ex-líder do PSD, ao Projeto de Lei 2.285/11, de autoria do deputado **Ricardo Izar (SP)**.

A proposta pretende alterar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para tornar mais efetivo o cumprimento da garantia contratual oferecida aos consumidores de bens móveis duráveis como geladeira, fogão, televisão, computador, dentre outros.

Izar afirmou que seu intuito é impedir que garantias irreais e enganosas sejam vendidas aos con-

sumidores. “Atualmente, essas garantias não oferecem nenhuma segurança de que serão cumpridas de fato. Os consumidores ficam desamparados quando ocorre falência, fim das operações no país, mudança de ramo ou mero fechamento da empresa”, disse.

Segundo o relator, apesar de não obrigatória, a garantia contratual tem se destacado como elemento importante da concorrência no varejo. “Já que o consumidor tem preferência pela aquisição dos produtos ou serviços que oferecem maior prazo de garantia contratual, é essencial que ela esteja devidamente esclarecida e elucidada para que possa ser uti-



Deputado Ricardo Izar (SP)

lizada com segurança”, afirmou.

O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

### EXPEDIENTE

**PSD - Partido Social Democrático**

**Líder do PSD:** Eduardo Sciarra (PR)

**Chefe de Gabinete:** Murilo Mori

**Editora-Chefe:** Danielle Arouche

**Redatora:** Raquel Sacheto

**Revisão:** Rogério Oliveira

**Diagramação:** Jorge Ribeiro

**Fotografia:** Heleno Rezende e Cláudio Araújo

**Reportagens:** Carola Ribeiro, Emmanuelle Lamounier, Luís Lourenço, Jaque Bassetto, Verônica Gomes, Danielle Marques e Elias Costa

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II  
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

@psdcamara PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:

[www.psdcamara.org.br](http://www.psdcamara.org.br)

\* Com informações da Assessoria de Imprensa